

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A APG - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓLOGOS E ASPROCIVIL – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TÉCNICOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

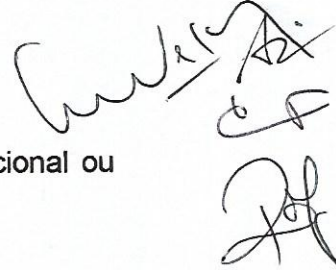
Entre:

Primeiro, a **APG - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓLOGOS**, pessoa coletiva n.º 501189408, com sede em Rua Academia das Ciências, nº.19, 1200-003 LISBOA, adiante designado por APG ou Primeiro Outorgante, e aqui representado pelo seu Presidente Doutor António Gomes Coelho.

Segundo, a **ASPROCIVIL – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TÉCNICOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL**, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Bernardim Ribeiro, 52, 1º - 1150-073 Lisboa, Pessoa Coletiva n.º 508341825, adiante designada por ASPROCIVIL ou Segunda Outorgante e neste ato representada pelo seu Presidente Dr. Ricardo Manuel Tojal dos Santos Ribeiro.

Considerando que a APG:

- a) É uma associação profissional sem fins lucrativos, que intervém na promoção e disseminação do conhecimento científico aplicado às Ciências da Terra;
- b) Colabora com laboratórios e entidades do sistema científico nacional, institutos politécnicos, faculdades e outras instituições de ensino, em iniciativas que visem o reforço das competências dos profissionais ligados às Ciências da Terra;
- c) Cooperar na preparação das leis e regulamentos relativos ao título e ao exercício da profissão de geólogo;
- d) Promove o intercâmbio de ideias e experiências com organismos congéneres estrangeiros, bem como ações de coordenação interdisciplinar;
- e) Promove, patrocina e apoia a edição de publicações em qualquer suporte que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre as implicações e a relevância das Ciências da Terra;

- 
- f) Intervém publicamente em assuntos e acontecimentos de ordem nacional ou internacional que digam respeito às Ciências da Terra.

Considerando que a **ASPROCIVIL** tem por missão:

- a) Representar as profissões dos setores, e respetivos profissionais, junto do Estado e seus agentes do setor privado e cooperativo, e pronunciar-se sobre assuntos da sua especialidade quando consultada por quaisquer entidades oficiais ou privadas ou mesmo quando julgue oportuno;
- b) Promover a elevação, independência e prestígio das profissões ligadas aos setores da segurança e proteção civil, nomeadamente através da criação de um quadro de carreiras profissionais para os referidos setores.
- c) Promover o desenvolvimento científico e técnico através de conferências, publicações, ensino, formação profissional, ou qualquer outro meio e, ainda, intervindo diretamente na conceção e planeamento do ensino das áreas relacionadas com a segurança e proteção civil a todos os níveis;
- d) Cooperar na preparação das leis e regulamentos relativos às organizações, às categorias profissionais, perfis de competências, avaliação referentes ao exercício das profissões que fazem ou venham a fazer parte da segurança e proteção civil;
- e) Elaborar e implementar um código deontológico profissional abrangente e estudar e aplicar medidas que assegurem o respeito pelo mesmo.

As associações APG e ASPROCIVIL estão interessadas numa cooperação institucional em domínios relacionados com Riscos e Perigos Geológicos, Segurança Coletiva e Proteção Civil, destacando-se a formação profissional apoiada pelo POPH/QREN no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações relativa à Segurança, Proteção Civil e Geologia, na promoção e disseminação do conhecimento técnico-científico nas áreas que intervêm e no apoio à prevenção de riscos e perigos naturais, políticas de planeamento e de gestão de recursos e riscos, de ambiente e energia.

Ambas as associações poderão ainda, no futuro, desenvolver outros tipos de colaboração no âmbito da “safety” e “security”, designadamente nas vertentes de Investigação & Desenvolvimento, Identificação e Análise de Riscos e Perigos, Medidas de Prevenção e Segurança de Riscos Coletivos, bem como no Planeamento de Emergências relativas a riscos naturais e tecnológicos ou qualquer outro tema que os outorgantes entendam por conveniente.

Atendendo aos considerandos referidos, é celebrado o presente **Protocolo de Cooperação**, que se rege nos termos e condições constantes do clausulado seguinte:

Cláusula Primeira

(Objeto)

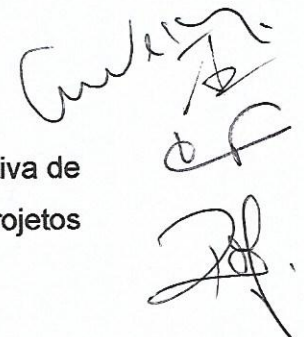
O presente Protocolo visa regular a cooperação entre as duas entidades, a **APG** e **ASPROCIVIL**, em áreas ou domínios que tenham vantagem em associar-se de modo a completar ou complementar as suas competências específicas ou que tenham reconhecidas capacidades enquanto instituições facilitadoras e coordenadoras de recursos no domínio da investigação, da formação e da prestação de serviços a terceiros e aos cidadãos.

Cláusula Segunda

(Objetivos)

O presente Protocolo terá como os seguintes propósitos:

- a) Executar em conjunto e a breve prazo ações de formação dirigida aos Associados e funcionários da APG e da ASPROCIVIL ou outros funcionários públicos ou agentes da Proteção e Segurança Coletiva, nomeadamente no que diz respeito a temáticas relacionadas com Riscos Geológicos e Proteção Civil, apoiadas pelo POPH/QREN, nos termos do Catálogo Nacional de Qualificações, aprovado pela Agência Nacional de Qualificações e pelo Estado Português.
- b) Cooperar entre si no sentido de aproveitar as potencialidades de cada uma das associações, contribuindo para a identificação e caracterização dos problemas críticos e busca de soluções transversais para esses problemas, de modo a reforçarem as suas competências nas áreas técnico-científicas em que intervêm.
- c) Desenvolver cooperação institucional na definição, discussão e implementação de procedimentos adequados, que contribuam efectivamente para a disseminação de conhecimentos nos seus domínios de intervenção através da organização de conferências, congressos ou seminários, sobre temáticas relacionadas com a Segurança Coletiva, os Riscos Geológicos e a Proteção Civil, e para benefícios mútuos no domínio da utilização dos recursos humanos e materiais de que cada uma das instituições dispõe.

- 
- d) Desenvolver projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) por iniciativa de qualquer uma das associações ou no quadro de apresentação de projetos conjuntos ao financiamento de terceiros;
- e) Executar em parceria ações que permitem:
- a concessão anual de Estágios Profissionais a Licenciados ou Pós-Graduados na área de Segurança Coletiva, designadamente os Licenciados em Gestão da Segurança e Proteção Civil e os Pós-Graduados em Gestão e Comando Operacional e Segurança e Higiene no Trabalho, e de Geociências;
 - a realização de ações de sensibilização e/ou formação nos âmbitos da “safety” e “security” na área da Segurança Coletiva e Gestão de Segurança nas áreas de intervenção da própria APG;
 - a elaboração, desenvolvimento e acompanhamento por parte da ASPROCIVIL e APG na implementação e realização dos simulacros estudos e levantamentos no âmbito dos Planos de Emergência Municipais.

Cláusula Terceira

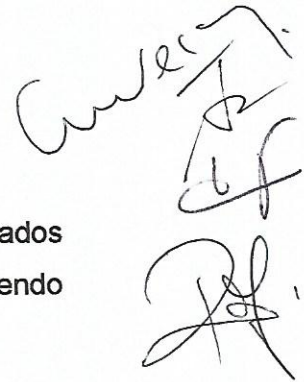
(Encargos)

- a) Os encargos relativos aos planos de trabalhos específicos referidos nos objectivos da Cláusula Segunda deste Protocolo serão também objecto de estimativas individualizadas, a acordar entre a APG e a ASPROCIVIL caso a caso.
- b) A APG deverá ser sócio colectivo da ASPROCIVIL e esta última da APG com quotas de igual valor.

Cláusula Quarta

(Ações de Formação)

- a) As ações de formação que vierem a ser realizadas nos termos da Cláusula Segunda deverão ser objeto de um acordo adicional específico entre as duas instituições e onde todas as ações conjuntas devem ser devidamente identificadas em termos de enquadramento, objetivos, obrigações das partes, prazos de execução e encargos financeiros.
- b) Os outorgantes designarão de comum acordo os responsáveis pelos diferentes acordos que, no quadro do Protocolo em apreço, venham a ser celebrados.

- 
- c) Os termos de referência dos acordos adicionais que venham a ser celebrados pelos outorgantes deverão figurar como anexos de cada um deles, fazendo parte integrante do presente Protocolo.

Cláusula Quinta

(Proteção de dados e Confidencialidade)

- a) Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido nos contratos referidos na Cláusula Segunda, a proteção quer da informação fornecida por cada um dos outorgantes ou recolhida por alunos, docentes ou investigadores para execução de projetos em colaboração, quer de direitos de propriedade intelectual que deles venham a resultar, deve obedecer aos princípios gerais estabelecidos na presente cláusula.
- b) Cada um dos outorgantes facultará ao outro elementos de informação que, segundo os seus critérios, sejam necessários a quem deles tenha acesso para adequadamente desenvolver os projetos concretos de colaboração que estejam em curso.
- c) Cada um dos outorgantes identificará, na informação fornecida ao outro, a que se encontra sujeita ao dever de confidencialidade, estando a sua divulgação sujeita ao seu acordo prévio. O dever de confidencialidade mantém-se, em princípio, por um prazo não inferior a cinco anos.
- d) Salvo o caso de dissertações a submeter a provas públicas de natureza académica, a divulgação dos resultados obtidos no âmbito dos projetos concretos de cooperação carece de acordo prévio dos outorgantes.

Cláusula Sexta

(Validade)

- a) O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e tem validade de um ano, renovando-se automaticamente por igual período, a menos que qualquer das partes o denuncie com um pré-aviso de noventa dias, através de carta registada com aviso de receção.
- b) O direito de denúncia consagrado no número anterior poderá ser exercido a todo o tempo.
- c) O presente Protocolo poderá ser revisto por acordo entre as partes quando estas assim o entenderem.

- A2
- d) No sentido de tornar efetivas as disposições que constam do presente protocolo e de se conseguir uma melhor coordenação, será constituída uma comissão paritária de dois elementos a designar pela APG e ASPROCIVIL.
 - e) Ambas as instituições concordam que a existência e os termos do presente Protocolo podem ser tornados públicos.

Cláusula Sétima

(Divergências ou contradições)

Em caso de divergência ou contradição, os termos deste Protocolo não prevalecerão sobre as normas regulamentares próprias de cada uma das partes outorgantes.

Cláusula Oitava

(Omissões)

Os aspetos omissos no presente Protocolo serão colmatados através do recurso às normas legais e regulamentares em vigor e, subsidiariamente, por uma Comissão de Acompanhamento Permanente a designar pelos respetivos órgãos dirigentes das partes outorgantes.

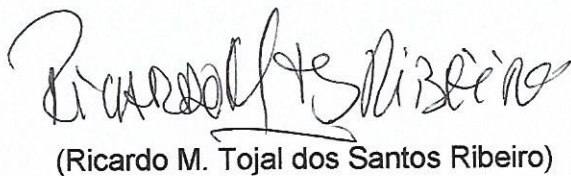
O presente Protocolo é assinado em dois exemplares, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar de igual valor.

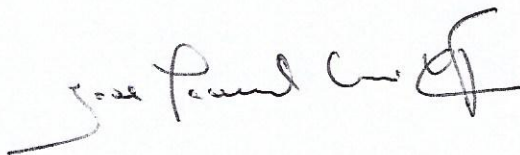
Lisboa, 28 de Novembro de 2013

Pelo Primeiro Outorgante (APG)

Pelo Segundo Outorgante (ASPROCIVIL)


(António Gomes Coelho)


(Ricardo M. Tojal dos Santos Ribeiro)


(José Manuel Correia Romão)


(José Carlos da Costa Velho)